

“PARA QUE NÃO ACONTEÇA NOVAMENTE”: LA COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA EN PARAGUAY (CVJ)

ISABELLA MARIA MARTINS DE AMORIM¹; CARLOS ARTUR GALLO²

¹Universidade federal de Pelotas 1 – bellathemachine@gmail.com 1

²IFISP/UFPEL– galloadv@gmail.com 2

1.INTRODUÇÃO

A Comissão de Verdade e Justiça do Paraguai (CVJ) foi estabelecida após 35 anos de violações aos direitos humanos, com o relatório “Anive Haguã Oiko/Para que não volte a acontecer” correspondente ao período Stronista que assolou os paraguaios.

Nesse relatório publicado em 2008 constam medidas que mobilizam tanto as vítimas diretas do período quanto as indiretas que participam desse ritual de compartilhamento social, sobretudo, para avivar a memória de modo que retrate os acometidos em busca de justiça e instrua as gerações posteriores sobre os acontecimentos. Tendo em vista que, a justiça transicional é o restabelecimento da democracia através do mecanismo da comissão da verdade, a comissão da verdade é uma das medidas que vem sendo implementadas no âmbito da justiça transicional como mecanismo de estabelecimento/fortalecimento da democracia.

Da qual através da Lei 2225/2003, o Congresso Nacional Paraguai e o Poder Executivo criaram legalmente a CVJ- Comisión de Verdad y Justicia (CVJ) em 2003- resultado de ações dos movimentos sociais, possuía como presidente o bispo Mario Medina, tendo de objetivo central o questionamento das condições sociais, políticas, econômicas e culturais que legitimaram o regime; a revisão dos delitos cometidos por agentes estatais e paraestatais; e a compreensão do processo de democratização do país. (PEREIRA,Jr. 2016, p.112)

Cabe salientar que ao terminar o mandato da CVJ, foi criada em 2009, através da Resolução Nº 179/09, a Dirección General de Verdad, Justicia y Reparación (DGVJR) que é justamente um órgão vinculado à ouvidoria responsável pela implementação das recomendações e medidas reparatórias formuladas no CVJ. Este, divulga o conteúdo do relatório tanto em âmbito nacional quanto internacional, reitera as buscas dos desaparecidos, preserva a memória histórica e, principalmente contribui para que atos de violações de direitos humanos, como os cometidos, nunca mais ocorram no Paraguai.

O presente trabalho possui como objetivo analisar a partir do relatório produzido pela CVJ e pesquisas relacionadas, sobre a transição democrática do povo paraguai considerando desde a repercussão do relatório conjuntamente ao pedido de desculpas oficial- do presidente recém-eleito Fernando Lugo correlação a autocracia de Stroessner- e as reparações e medidas efetivamente estabelecidas.

Correlato a isso, em minha pesquisa científica sobre Política de Memória realizada no Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória (NUPPOME), pude compreender as implicações da justiça transicional de períodos autoritários para a transição de regimes democráticos, sobretudo a importância das comissões da

verdade que visam principalmente as políticas de memórias adotadas, bem como a eficácia do relatório final da CVJ.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente projeto foi da pesquisa qualitativa, a partir de uma revisão bibliográfica sobre os aspectos sociais e políticos do Paraguai, da qual, através do projeto de pesquisa do Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória (NUPPOME) pude compreender o caso da ditadura do Paraguai e através dos estudos realizados sobre as medidas de reparação pude preencher o quadro do projeto “Memória, verdade e justiça em perspectiva comparada: uma proposta de análise para os países do Cone Sul” na qual sou bolsista de iniciação científica que após a revisão e pesquisa sobre a CVJ foi preenchido um quadro-modelo utilizado no projeto de pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Comissão da Verdade e Justiça (CVJ) no Paraguai contribuiu como uma justiça histórica, que é definida pelo reconhecimento do Estado Paraguaio sobre os danos cometidos à população sob a ótica das graves violações aos direitos humanos de seus cidadãos e em busca do restabelecimento da dignidade dessas pessoas injustamente violadas pelo Estado. Dessa maneira, a significância da CVJ é justamente a reparação dessas vítimas que foram afetadas direta ou indiretamente buscando restaurar a cidadania do povo paraguaio, através da “política de memória”.

Fundamentado nisso, foi desenvolvido um quadro sobre a CVJ, com medidas de justiça oriundas da Comissão da Verdade e Justiça, através de informações que vão desde os autores da CVJ, aos principais resultados da mesma. O respectivo quadro encontra-se logo abaixo.

Quadro 1.

Classe de política	Medidas de justiça
Tipo da política	Comissão da verdade
Nome oficial da Comissão	Comisión de la Verdad y Justicia de Paraguay - CVJ
País	Paraguai
Ano de criação	2003
Período de vigência	2004-2008
Lei criadora	Lei nº 2.225/03
Presidente(a) da República que instituiu a Comissão	Nicanor Duarte
Partido político do(a) Presidente(a) da República	Asociación Nacional Republicana – Partido Colorado (ANR)
Comissão foi criada em qual ano do	1º ano

mandato presidencial	
Quem são os(as) Comissionários(as)	Bispo Mario Melanio Medina Salinas, Presidente, sacerdote da Igreja Católica; Juan Manuel Benítez Florentín, Vice-presidente, político vinculado ao Partido Liberal Radical Auténtico (PLRA); Yudith Rolón Jacquet, Defensora Pública; Miguel Ángel Aquino Britos, político vinculado à ANR; Heriberto Matías Alegre Ortiz, ex-advogado de presos políticos; Carlos Luís Casabianca Rodríguez, advogado e membro do Partido Comunista Paraguayo (PCP); Carlos Portillo Esquivel, médico; Mario Sandoval; e Víctor Jacinto Flecha, sociólogo e professor universitário.
Medidas abrangidas durante a implementação da política	Através do lema “quem esquece, repete” a CVJ organizou audiências públicas nacionais e internacionais, ouvindo depoimentos de vítimas e coletando dados sobre desaparecimento de pessoas. A comissão teve grande repercussão midiática, marcando presença nas estações de rádio e na TV, divulgando seus trabalhos em boletins informativos e em sua página na internet. Durante seus trabalhos, foram criados comitês regionais que auxiliaram na mobilização das vítimas que prestaram depoimentos à CVJ. Universidades e outros segmentos da sociedade civil organizada também colaboraram com os trabalhos da CVJ. Ainda durante a sua vigência, a CVJ apresentou ao Poder Judiciário algumas denúncias de crimes cometidos pela ditadura
Principais resultados	Realização de audiências públicas para discutir os crimes cometidos pela ditadura paraguaia. Foram coletados mais de 2 mil depoimentos de vítimas e familiares de vítimas da repressão no país. No âmbito educacional, a CVJ contou com o apoio do Ministério da Educação e Cultura para fomentar um programa de estudos sobre o autoritarismo na história recente do Paraguai. A publicação do relatório final “Anive Haguã Oiko” (em Guarani: “Para que não volte a suceder”), com dados sobre as violações aos direitos humanos ocorridas no país entre 1954 e 1989, período da ditadura stronista.

Publicidade	Informe Final Comisión de Verdad y Justicia – Codehupy
-------------	--

Fonte: Elaboração própria.

4. CONCLUSÕES

Dessa maneira, o presente trabalho conclui que as medidas políticas adotadas pela CVJ para uma transição democrática com um papel fundamental na reconstrução da história do Paraguai é evidente, tendo em vista que a mesma revelou a magnitude das atrocidades acometidas com o povo paraguaio, recomendou medidas de reparação para as vítimas-desde assistência psicossocial e reconhecimento público, para que não se repita, contribuiu para a reconciliação nacional através da participação dos cidadãos. No mais, o comportamento coletivo- que contribuiu para a construção da mesma- fomentou estudos como “A comissão de Verdade e Justiça no Paraguai: a experiência emocional nos rituais de comemoração e a percepção da eficácia da comissão” que fala justamente sobre o relatório da CVJ ser considerado efetivamente como medida de justiça transicional que está relacionado com a ativação emocional e o nível de compartilhamento social que ela gerou.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNOSO, Maitane; BOBOWIK, Magdalena; BERISTAIN, Carlos. La Comisión de Verdad y Justicia en Paraguay: la experiencia emocional en los rituales de conmemoración y la eficacia percibida de la comisión. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 15, n. 32, p. 137-155, abr. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000100010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 07 set. 2023.

COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA. **Relatório final da Comisión de Verdad y Justicia.** Assunção: CVJ, 2008. Disponível em: <http://www.derechoshumanos.net/lesahumanidad/informes/paraguay/Informe-Comision-de-Verdad-y-Justicia-Paraguay.pdf>. Acesso em: 07 set. 2023

PEREIRA JÚNIOR, Paulo Alves. Cultura, memória e cotidiano: A representação sobre os camponeses durante o regime cívico-militar de Alfredo Stroessner no Paraguai (1954-1989). **Revista Angelus Novus**, São Paulo, v. 12, n. 12, p. 107-130, nov. 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/ran.v7i12.99051>.